

Revista Andina de Estudios Políticos

REVISTA ANDINA DE ESTUDIOS POLÍTICOS

ISSN: 2221-4135 (Online)

URL: <http://iepa.org.pe/raep>

DE OLIVEIRA, Renata. (2013). Venezuela, Estados Unidos e Colômbia: Entre crises diplomáticas e uma forte interdependência econômica. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N° 1, pp. 17-32.

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos (IEPA)

Todos los derechos reservados

El presente producto está licenciado por Creative Commons. Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista de Estudios Políticos Andinos es una plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

VENEZUELA, ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA: ENTRE CRISES DIPLOMÁTICAS E UMA FORTE INTERDEPENDENCIA ECONÔMICA

*VENEZUELA, UNITED STATES AND COLOMBIA: DIPLOMATIC CRISIS
BETWEEN AND A STRONG ECONOMIC INTERDEPENDENCE*

DE OLIVEIRA, Renata
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

RESUMO:

Este trabalho objetiva analisar as contradições e inflexões nas relações diplomáticas e comerciais da Venezuela em relação aos Estados Unidos e a Colômbia. No que se refere às relações entre Estados Unidos e Venezuela, percebemos que ao longo do século XX elas se alteraram profundamente, representando o período Pós-Guerra Fria uma verdadeira inflexão. De uma maneira geral, a Venezuela foi um importante ator internacional por seu ativismo em matéria de Política Externa e pelos seus recursos energéticos, sendo também uma importante peça para a estabilidade regional. Os vínculos econômicos com os Estados Unidos são, em grande medida, consequência da considerável demanda energética da primeira potência industrial do planeta ao longo do século XX e do fato da Venezuela ser, não apenas um grande produtor de petróleo, mas exportador da maior parte de sua produção.

Palavras-Chave: Colômbia, Venezuela, Estados Unidos, Relações Internacionais

ABSTRACT:

The focus of this works is to analyze the contradictions and inflexions of the diplomatic and commercial relations of Venezuela with The United States and Colombia. In regard of Venezuelan and U.S relations is possible to see that throughout the XX century they changed profoundly, representing a truly inflexion period with the pos-cold war era. Generally, Venezuela was an important international actor because of its external politics activism and also its energetic resources, being an important piece for the regional stability. The economic bonds with the United States are, in great part, a consequence of the Great Industrial Potency considerable energetic demand in the XX century and the fact that Venezuela is not just a great oil producer but also a great exporter.

Key-words: Colombia. Venezuela. United States. International Relations.

Renata Peixoto de Oliveira: Licenciada Ciências Sociais (2003), mestre (2005) e doutorado (2011) na Universidade de Ciência Política Federal de Minas Gerais (UFMG), fez estágio de doutorado no Centro de Estudos Latino-Americanos (LATAM) da Universidade da Flórida (UF) em 2008. Atualmente, ela ensina coordenador do curso eficaz e Ciência Política e Sociologia: Sociedade política de Estado, na América Latina e da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Contacto: repeoli79@gmail.com.

VENEZUELA, ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA: ENTRE CRISES DIPLOMÁTICAS E UMA FORTE INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Introdução.-

Na última década, as relações entre Colômbia e Venezuela foram positivas do ponto de vista comercial, principalmente no setor energético, mas conturbadas do ponto de vista diplomático e político. O que, por fim, fez com que estas tensões acabassem se refletindo também nas relações comerciais entre os países vizinhos.

Apesar dos problemas políticos e diplomáticos apontados anteriormente, Colômbia e EUA, além de importantes fornecedores para o mercado interno venezuelano, ainda continuam a ser o principal destino das exportações desse país, seguidos de longe pelo México. Essa parceria que a primeira vista parece incoerente por estar na contramão dos turbulentos vínculos diplomáticos, denota, na verdade, uma profunda interdependência no plano econômico, reforçada por uma dependência de trajetória.

1. A agenda de segurança: em defesa do regime bolivariano.

Aspectos relacionados à segurança regional também são parte fundamental da Política Externa do governo Chávez no que diz respeito tanto à defesa do novo regime político, quanto das reservas petrolíferas do país. Ao longo da última década algumas questões se tornaram primordiais para compreendermos a agenda de segurança do governo Chávez tais como a) crescentes investimentos em armamentos bélicos e estreitamento dos laços da Venezuela com a Rússia; b) envolvimento dos Estados Unidos no golpe sofrido por Chávez em 2002, decorrente do descontentamento em relação às reformas realizadas no setor energético venezuelano; c) tensões com a vizinha Colômbia diante de divergências entre os governos Chávez e Uribe, principalmente pelo fato de a Colômbia ser um forte aliado dos Estados Unidos na região.

Apesar da aproximação entre Venezuela e Rússia ir muito além da cooperação militar, abrangendo diversos setores, são representativos os acordos referentes ao fornecimento de equipamentos, veículos e treinamento militar. Estes acordos têm preocupado os EUA e gerado polêmica entre os que acreditam que isto seja indicativo de que Chávez pretenda iniciar uma verdadeira ofensiva militar na região. Na verdade, esses acordos militares demonstram a preocupação do governo venezuelano em modernizar suas Forças Armadas em virtude de necessidades internas e externas. Quanto às questões internas, deve-se salientar o fato de os militares serem um importante ponto de sustentação do governo do “comandante” Chávez, o que, portanto, explicaria a alocação de mais verbas para o setor. Respeito aos fatores externos, a preocupação constante do governo com uma possível invasão norteamericana através da Colômbia, reforçaria a idéia de que seria necessário se preparar militarmente. Os próprios conflitos internos na Colômbia levaram o governo bolivariano a se preocupar com a segurança nas regiões de fronteira. Neste sentido, a aproximação com a potência militar Russa se tornou a opção mais viável para a Venezuela já que está descartada uma cooperação militar com Washington, principalmente, após o governo norteamericano impedir a venda de armamentos para aquele país e do próprio governo Chávez não ter renovado antigo acordo de cooperação na área militar entre os dois países que vigorou entre 1951 a 2001.

O incremento do orçamento destinado ao setor militar na Venezuela tem sido interpretado por diversos setores como indicativo de uma possível corrida armamentista que afetaria a balança de poder na região.

Apesar do destaque e a preocupação aparente em torno dos possíveis interesses expansionistas de Chávez, da existência de uma corrida armamentista na região, ou da iminência de um conflito com a vizinha Colômbia, grande parte da discussão envolvendo os gastos militares do governo Chávez é tratada, na maioria das vezes, de maneira sensacionalista. Pesquisas sobre o incremento dos gastos militares em nossa região e sobre o caso venezuelano, especificamente, mostram um quadro bem mais complexo. No período compreendido entre 2003-2007, houve um incremento dos gastos militares na América do Sul, comparativamente a outras áreas da América Latina. Mas essa tendência não se observa em todos os países. Entre os países com maior crescimento de gastos militares nos últimos anos, destacam-se, a Venezuela (78,53%), o Chile (53%) e o Equador (49%). Mas os países que ainda mantêm os maiores orçamentos militares da região são, respectivamente, Brasil (46%), Colômbia (15%) e Chile (13%) (Villa, 2008:03-04).

No entanto, algumas fontes reconheceram que até 2006 a Venezuela não era o principal investidor em armas na região sul-americana. O fato é que a “Venezuela incrementou dramaticamente suas importações de armas, passando da 56ª posição, no período de 1998 a 2002, a 24ª posição com maior importador regional. Só em 2007, a Venezuela incrementou seu orçamento em defesa em 78% (chegando US\$ 887 milhões) transformando-se no maior consumidor, em termos reais, na América do Sul naquele ano, embora o montante em importações de armas seja menor que o do Chile no período 2003-2007 (US\$ 1,417 bilhões da Venezuela contra US\$ 2,283 bilhões do Chile). Preços do petróleo em constante alta durante vários anos a vontade política presidencial de melhorar as capacidades militares do país e a procura pela melhora na posição política regional têm levado a Venezuela a incrementos cada vez maiores no orçamento militar, embora mais em termos reais brutos que em termos de gasto militar/PIB (VILLA, 2008:06).

No que se refere à cooperação militar entre Moscou e Caracas, nos últimos anos diversos acordos foram assinados entre os governos Medvedev e Chávez. Em Julho de 2008, quando o presidente venezuelano visitou a Rússia, foi anunciada a criação de um sistema integral de defesa antiaérea. O governo venezuelano alegou que o intuito de tal cooperação seria defender os recursos naturais venezuelanos do chamado “expansionismo” norteamericano. Em Setembro do mesmo ano, a Rússia enviou aviões bombardeiros Tu-160 para treinamento militar na Venezuela. Apesar das polêmicas, o governo Russo esclareceu que não pretendia estabelecer bases militares na região, mas que prosseguiria com os exercícios militares, inclusive, com outras nações que, por ventura, quisessem estreitar laços em matéria técnico-militar. Ainda em 18 de Setembro, na Venezuela, foram realizados vôos de reconhecimento de área por supersônicos russos, ocasião em que se iniciaram exercícios navais com a marinha russa no mar caribenho. Na época, o ministro da defesa, Gustavo Rangel, chegou a defender a necessidade de se investir em treinamento e armamentos para que as forças armadas estejam de fato preparadas diante de possíveis ameaças com reativação da *Frota* estadunidense.

Ainda em virtude desses exercícios navais conjuntos, a Rússia enviou navios e submarinos com propulsão nuclear para a região, mas assegurou que estes não possuíam armas nucleares a bordo e que apenas participariam de manobras táticas. A frota russa partiu no dia 22 de Setembro da base Severomorsk rumo à Venezuela. No mesmo período, a Venezuela ainda adquiriu as

aeronaves Sukhoi-30, helicópteros Mi-17, Mi-26 e Mi-35. Em 7 de Novembro de 2008, mais 15 acordos foram firmados entre os dois países. Diante das polêmicas geradas em todo o hemisfério por conta da cooperação militar entre aqueles dois países, Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que seu país via com naturalidade essa aproximação, já que a Rússia é um importante provedor de material militar para diversos países. Ainda para justificar sua cooperação militar com a Venezuela, o próprio governo russo enfatizou a importância da indústria bélica para sua economia, principalmente em um momento em que o mundo enfrenta uma grave crise econômica mundial.

Os acordos militares prosseguiram e, em Setembro de 2009, foi determinada a compra de tanques de combate T-72 e T-90 para o exército venezuelano. Em Janeiro de 2010, foi anunciada a cooperação para a construção de um complexo industrial no estado de Aráguá que possibilitará a fabricação de fuzis automáticos russos, modelo Kalashnikov AK-103, bem como seus cartuchos. Ainda foi anunciada a compra de 53 helicópteros Mi-17 pela Venezuela. A Rússia se tornou o principal parceiro militar da Venezuela, ocupando o lugar dos EUA.

Além da parceria com a Rússia, em Março de 2010, a Venezuela adquiriu aeronaves K-8W da China, como parte de um acordo que inclui capacitação de pilotos e suporte técnico. Segundo o governo, a aquisição das aeronaves visa fortalecer a defesa do espaço aéreo venezuelano na luta contra o narcotráfico na região andina.

A substituição dos EUA pela Rússia em termos de cooperação e comércio na área militar faz com que alguns tenham a impressão de que se redesenha o cenário característico do período da Guerra Fria. Na verdade, tal análise seria anacrônica por desconsiderar que a Rússia, após o desmembramento da URSS, manteve um considerável arsenal bélico e impulsiona suas relações comerciais neste sentido. Em que pese à inquestionável hegemonia norte-americana em termos militares, alguns países, dentre os quais a Venezuela é apenas mais um exemplo, buscam ampliar seus laços de cooperação com outros países também em matéria de segurança. Se existe espaço para analogias com outros períodos históricos, muito mais do que um retorno à Guerra Fria, a cooperação militar com outros países fora do hemisfério representa uma quebra do antigo corolário Roosevelt e da Doutrina Monroe em que se apregoava a “América para os (norte) americanos”.

A Política Externa Venezuelana em relação aos Estados Unidos pode ser vista enquanto reativa à própria agenda norte-americana para a região e aos próprios preceitos da doutrina Bush a partir dos atentados de 11 de Setembro e do golpe contra Chávez em 2002. Mesmo assim, percebe-se que, em Outubro de 2001, as relações entre os dois países já eram tensas devido às duras críticas deferidas por Chávez à política estadunidense em torno da *War on terror*. O afastamento entre os dois países, em matéria de segurança, foi sinalizado em Setembro daquele mesmo ano quando a Venezuela optou pela não renovação do acordo militar de cooperação bilateral que mantinha há 50 anos com os EUA (GOLLINGER,2006:33).

Por outro lado, a Doutrina Bush deixava claro que a agenda externa dos Estados Unidos priorizava o Oriente Médio, e que a América Latina não teria mais um papel central para os EUA. A ofensiva conservadora que permeou o conjunto da Política Externa norte-americana fez com que a ascensão de governos de esquerda na região e suas plataformas nacionalistas não fossem bem recebidas por Washington. Na Venezuela, a grave crise política, desatada pelas reformas no setor de hidrocarbonetos que culminou no golpe fracassado contra Chávez, acentuou-se pela interferência de interesses norte-americanos. A coordenadora democrática (partidos opositores), setores das Forças Armadas, organizações privadas ligadas a partidos políticos estadunidenses, e até, a própria

administração republicana foram acusados de envolvimento no processo de desestabilização política contra Chávez.

A presença militar norteamericana em toda região é antiga e pode ser percebida através da atuação de alguns organismos como *IMET*, o *Southern Command* (comando do sul) e a antiga Escola das Américas – *School of Americas* – atualmente *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* (WHISC), ligados ao Exército e ao Departamento de Defesa norteamericano. Estes organismos são responsáveis por financiamentos, treinamentos e assistência técnica-militar na região.

O *Southern Command*, com sede na cidade de Miami, Florida, foi criado no final da Segunda Guerra Mundial na condição de comando unificado do exército americano.

A missão do Comando do Sul é a condução de operações militares e a promoção da cooperação em segurança para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Já a antiga Escola das Américas (1946-2001), atualmente *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*, está ligada ao Departamento de Defesa norteamericano, com a função de treinar e formar oficiais dos exércitos dos países do hemisfério. Durante décadas, recebeu inúmeras críticas de diversos setores políticos e da sociedade civil latino-americana por ter formado, em seu quadro, militares que incorreram em violações dos Direitos Humanos em regimes ditatoriais. Na Venezuela, a Escola das Américas representou uma via de ideologização e de acesso e controle das Forças Armadas venezuelanas. Ainda operando dentro desta mesma lógica, o *IMET*, ou *International Military Education and Training*, também fornece treinamento militar para estrangeiros dentro dos moldes do exército norteamericano.

As ações de alguns organismos, não necessariamente ligados ao Departamento de Defesa ou ao Departamento de Estado dos EUA, acentuaram as tensões existentes entre os dois países na última década. Referimo-nos, principalmente, a “organismos ligados a partidos políticos”, como o *National Endowment for Democracy* (NED) e o *International Republican Institute* (IRI), os quais, com o argumento de fomentar a democracia no exterior, na verdade, mantiveram ligações com grupos de oposição ao presidente Chávez e os apoiaram financeiramente, principalmente, a Coordenadora Democrática em 2002 (GOLLINGER,2006:66).

O NED é uma instituição privada que recebe financiamento do governo dos Estados Unidos para promover a democracia liberal no mundo e garantir os interesses norteamericanos. Esta foi criada durante o governo republicano de Ronald Reagan, em 1983, atuando na Venezuela desde 1993.

O *International Republican Institute* (IRI), também criado em 1983 é, segundo seu próprio estatuto, uma organização que tem por missão divulgar e defender os valores liberais, tendo por principal fonte de financiamento o NED. Seu trabalho consiste em dar apoio técnico, treinamento para partidos políticos fora dos Estados Unidos, assim como promover programas de desenvolvimento social, em apoiar reformas eleitorais e cuidar do monitoramento de eleições. Apesar de ser uma organização não governamental, realiza trabalhos conjuntos com: o Departamento de Estado, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e o Instituto Nacional Democrático para assuntos Internacionais. Cabe salientar que a maior parte de seu quadro é composta por políticos provenientes do Partido Republicano.

A atuação desses dois organismos no país foi tomada pelo governo venezuelano como um indicativo de que o governo dos Estados Unidos tivera participação e interesse no golpe de Estado ocorrido em Abril de 2002, ou que, no mínimo, já sabia de que o mesmo estava sendo planejado. A seguir, procuraremos analisar, em maior profundidade, o contexto no qual ocorreu a referida

tentativa de golpe de Estado, a relevância do setor petrolífero naquele momento e, como as relações entre o governo venezuelano e norte-americano se desgastaram a partir desse acontecimento.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que grande parte do descontentamento da oposição àquela época advinha das leis habilitantes que permitiram que Chávez governasse por decreto presidencial e alterasse o marco legal do setor de hidrocarbonetos em 2001. Além disso, foram criados os círculos bolivarianos¹, organizações para difusão dos ideais da Revolução Bolivariana. Mas o principal fator responsável pela radicalização da oposição Venezuelana e da administração Bush, e que levou ambos a optar pela via golpista, foi a reforma petrolífera que substituiu o marco legal do setor, em vigor desde 1943. Foi, então, que uma série de partidos de oposição, do mais variado leque ideológico, se uniram para formar a *Coordinadora Democrática* (2001-2004)² enquanto a sociedade civil se organizava contra o governo, em torno do movimento *SÚMATE*.

Uma das mais completas análises do envolvimento dos EUA no golpe de Estado foi realizada por Eva Golinger no livro *“The Chávez Code: Cracking US Intervention in Venezuela”*³. Em 2001, o NED doou aproximadamente, US\$ 340.000 de dólares para que o IRI apoiasse partidos e entidades políticas venezuelanas, o que inclui doações para a *Unión por el Progreso* de Francisco Areas Cárdenas, principal nome da oposição (GOLINGER,2006:38). O NED também apoiava, desde os anos 1980, a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) que passou a “engrossar o coro da oposição” contra Chávez. Igualmente, desde Setembro de 2001 vinham surgindo sinais do apoio estadunidense a Pedro Carmona, então presidente da Federación de las Cámaras de Comercio (Fedecámaras), e, finalmente, em Novembro do mesmo ano, Fedecámaras e o governo Chávez cortaram relações.

(...) From the U.S embassy in Caracas (...) ambassador Hrinak reported on the decision made by Fedecámaras to declare a national strike (...). (...) the U.S government shared the opposition's views entirely on the driving issue behind the strike: the 49 laws President Chávez had enacted under the “enabling act” earlier that month. “President Chávez acted beyond his enabling act authority in decreeing certain laws (...)”. In the months that followed, Carmona and fellow union leader Carlos Ortega took several trips to Washington accompanied by other prominent opposition leaders, including Leopoldo Lopez and Gerardo Blyde of Primero Justicia and other NED grantees.” (GOLLINGER, 2006:48-49).

Em Abril de 2002, Chávez demitiu alguns executivos da PDVSA que não eram favoráveis às resoluções do governo para o setor energético. Conseqüentemente, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) organizou mais uma greve com o apoio da Fedecámaras. Em 10 de Abril, trabalhadores da PDVSA sabotaram a produção de petróleo e, no dia seguinte, passeatas de

¹ Os círculos Bolivarianos são associações ou grupos organizados pelos cidadãos venezuelanos, conhecidos por difundir o pensamento e ideário de Simon Bolívar, da Revolução Bolivariana do governo Chávez e um espaço ou fórum de discussão política, que inclui a leitura e debate da Carta Constitucional de 1999. Segundo o governo Venezuelano também é um canal para discussão dos problemas da comunidade e seu encaminhamento para aos organismos competentes.

Disponível em < <http://portal.gobiernoenlinea.ve/cartelera/CirculosBolivarianos.html> > Acesso 11 de Setembro de 2008.

² Os partidos políticos que fizeram parte da Coordinadora Democrática foram: Acción Agropecuaria (AA), Acción Democrática (AD), Alianza Bravo Pueblo (ABP), Alianza por la Libertad (APL), Bandera Roja (BR), Convergencia, Copei, La Causa R (LCR), Movimiento al Socialismo (MAS), Movimiento de Integridad Nacional Unidad (MIN), Primero Justicia (PJ), Proyecto Venezuela (PV), Solidaridad, Solidaridad Independiente (SI), Unión, Unión Republicana Democrática (URD), Visión Emergente (VE), Democracia Renovadora (DR), Fuerza Liberal (FL), Movimiento Republicano (MR), Movimiento Trabajo (MT), Opinión Nacional (Opina), Movimiento Resistencia Civil (MRC), Un Nuevo Tiempo (UNT), Un Solo Pueblo (USP).

³ A autora vem estudando, sistematicamente, as relações entre EUA e a Venezuela, nos últimos anos.

chavistas e opositoristas tomaram conta das ruas da capital venezuelana. Os principais líderes opositoristas, Carmona e Ortega, pediram para que a oposição marchasse em direção ao Palácio Miraflores, sede do governo, onde os chavistas já se concentravam. No trajeto, ocorreu o trágico episódio de *Puente Llaguno* onde se confrontaram chavistas, opositores e militares (não do exército, mas, ligados a prefeitura de Caracas). Entre mortos e feridos, a oposição, a mídia privada e o governo norteamericano acusaram o presidente por violação dos direitos humanos, responsabilizando-o pelas mortes ocorridas.

O alto comando das Forças Armadas, apoiado pela Igreja, mídia privada, *SÚMATE* e *Coordinadora Democrática*, invadiu o palácio Miraflores para exigir a renúncia do presidente. Horas mais tarde Chávez foi retirado da sede do governo e levado para uma base militar enquanto Pedro Carmona, então presidente da federação do comércio, assumia a presidência, dissolvendo o congresso, o Supremo Tribunal de Justiça e dando início a um governo interino. A administração Bush, através de declarações do Departamento de Estado, apoiou a nova administração, mas no dia seguinte chegou a declarar que o ideal seria antecipar as eleições no país.

Chávez conseguiu voltar ao poder em 14 de Abril de 2002, mas a partir de então sua relação com a oposição e o governo americano se deteriorou consideravelmente. Nos meses seguintes, a oposição persistiu em seu intento de desestabilização política organizando greves gerais que levaram novamente à interrupção da produção de petróleo. O *paro petrolero* causou enormes perdas econômicas para o país. Na ocasião, Cuba chegou a enviar pessoal para garantir um mínimo de trabalhadores na estatal petroleira.

Em 2004, o governo já havia conseguido restabelecer o controle da PDVSA, mas a oposição conseguiu milhões de assinaturas para pedir a realização de um referendo para decidir se o presidente continuaria no poder.

With a turnout of about 70% of registered voters, President Chávez won the recall referendum convincingly with 5.80 million people voting “no” to reject his recall, or 59.25% of the vote, and 3.989 million people, or 40.74%, voting “yes” in favor of his recall.¹⁰ Observers from the OAS and the Carter Center maintained that these results were compatible with their own quick count results. The opposition claimed that massive fraud had taken place and cited their exit polls showing that 59% had voted to recall President Chávez.¹¹ The Carter Center and the OAS conducted a second audit of the vote on August 19-21 and concluded that the vote results announced by the CNE reflect the will of the Venezuelan people (SULLIVAN,2009:07-08).

Chávez venceu o referendo e continuou no poder até se confirmar, novamente, na condição de presidente eleito no pleito eleitoral de 2006. Por ocasião das eleições, mais uma vez a oposição contou com fundos provenientes do NED para lançar o seu “Plano Consenso” que seria uma proposta de governo para a era pós-Chávez.

Desde o golpe de 2002, críticas à presença militar americana e à sua interferência em assuntos domésticos dos países da região subiram de tom. Anos após o golpe fracassado, o pleno restabelecimento de relações diplomáticas amistosas ainda encontra sérios obstáculos.

Over the past several years, U.S. officials have expressed concerns about human rights, Venezuela’s military arms purchases (largely from Russia), its relations with Cuba and Iran, and its efforts to export its brand of populism to other Latin American countries. Declining Venezuelan cooperation on antidrug and antiterrorism efforts also has been a U.S. concern (SULLIVAN, 2009:30).

Em 2005, a Venezuela suspendeu a cooperação em relação ao programa estadunidense *Drug Enforcement Administration* por suspeitar que os agentes norteamericanos fossem espiões em seu território. Foi naquele período que a Venezuela se aproximou da Rússia, e Washington demonstrou preocupação pela compra de armamentos desse país, e pelas suas relações com Cuba e Irã. No ano seguinte, Condoleezza Rice afirmou ser a Venezuela o maior problema para a agenda norteamericana na América Latina. Na Assembléia Geral da OEA, em 2007, a Secretária de Estado chamou atenção para o que considerava serem os limites à liberdade de expressão na Venezuela, com o fechamento da emissora de televisão RCTV (SULLIVAN, 2009: 30-37).

Em 11 de Setembro de 2008, em virtude dos conflitos existentes na vizinha Bolívia entre o governo Morales e seus opositores, o regime de Chávez se indis pôs novamente com os EUA. Naquela ocasião, o embaixador americano na Bolívia, Philip S. Goldberg foi responsabilizado pelo governo Morales de incentivar e apoiar a oposição em um movimento de cunho separatista. Em apoio, o governo venezuelano também expulsou o embaixador americano Patrick Duddy e pediu o retorno do embaixador venezuelano Bernardo Alvarez de Washington. Além da alegada solidariedade para com o povo Boliviano, o presidente Chávez acusava o embaixador e o próprio governo dos Estados Unidos de participação em um possível plano formulado por setores do exército venezuelano para assassiná-lo.

Em 2009, a posse do presidente Barack Obama reacendeu novas esperanças de normalização das relações políticas e diplomáticas entre os dois países.

In response to written questions during her confirmation hearing for Secretary of State before the Senate Foreign Relations Committee in mid-January 2009, Senator Hillary Clinton characterized President Chávez as a “democratically elected leader who does not govern democratically.” She maintained that while the United States should be concerned about Chávez’s actions and posture “we should not exaggerate the threat he poses.” Clinton asserted that the United States “should have a positive agenda for the hemisphere in response to the fear-mongering propagated by Chávez and [Bolivian President] Evo Morales.” She maintained that the Administration believes that bilateral cooperation with Venezuela on a range of issues (like counterterrorism, counternarcotics, energy, and commerce) would be in the mutual interests of Venezuela and the United States. Clinton maintained that “it remains to be seen whether there is any tangible sign that Venezuela actually wants an improved relationship with the United States.” (...) State Department officials have expressed continued concerns about the intimidation of the news media in Venezuela, and steps taken by the government to restrict political participation and debate. The State Department has also expressed concern about President Chávez’s interference with respect to relations with other countries in the region, including Colombia, and most recently Honduras (SULLIVAN, 2009:37).

Mas em Janeiro de 2010, o governo Chávez acusou novamente os EUA de invadirem seu espaço aéreo. Fato semelhante havia ocorrido em 2008, mas o governo norteamericano havia reconhecido tal incidente. Em visita a Brasília em Março de 2010, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou que o governo venezuelano “mina as liberdades em seu país”, e isso, novamente, gerou grande desconforto entre os dois governos. Em contrapartida, o governo da Venezuela afirmou que os EUA estariam por trás das denúncias de um juiz da Audiencia Nacional Española que afirmava ter provas das ligações entre Caracas, as FARC e o grupo ETA.

No que se refere às relações entre os dois países, percebemos que ao longo do século XX elas se alteraram profundamente, representando o período Pós-Guerra Fria uma verdadeira inflexão. De uma maneira geral, a Venezuela foi um importante ator internacional por seu ativismo em matéria

de Política Externa e pelos seus recursos energéticos, sendo também uma importante peça para a estabilidade regional.

Desde Bolívar até Chávez, os venezuelanos acreditam ter uma missão revolucionária na América Latina, dessa forma, o ativismo internacional e o idealismo foram sempre componentes básicos de sua Política Externa, centrada no papel excessivo do presidente da república. Os governos democráticos reforçaram o ativismo venezuelano e se diferenciaram de Washington em seu posicionamento no plano multilateral, mas mesmo estando em desacordo com a ingerência norte-americana na América Central e Caribe, nunca adotaram postura anti-americanista, mantendo a normalidade de suas relações diplomáticas com a super potência. Mas, no cenário Pós-Guerra Fria e em meio a crise política e econômica que se instalara na Venezuela, os EUA adotaram medidas protecionistas que prejudicaram aquele país e, ainda priorizaram o Oriente Médio. No fim da década de 1990, o país latino-americano passou por processos importantes como a renovação das elites no poder, a mudança do marco constitucional, maior projeção internacional, promoção de novas concepções de democracia e solidariedade internacional e dos laços estabelecidos com atores subnacionais. Com Chávez, a integração regional assumiu um perfil político e ideológico mais acentuado. Em contrapartida, a importância da Venezuela para os interesses dos EUA continua sendo considerável, em vista de sua localização geográfica ao norte da América do Sul, entre o Atlântico e o Caribe, além das importantes reservas petrolíferas. Mas, as mudanças internas e os desafios para a Democracia venezuelana nos tempos de Chávez, juntamente as novas alianças internacionais desse governo fizeram com que a Venezuela deixasse de ser vista como país confiável pelos EUA já que possuem visões estratégicas distintas (ROMERO:2006:79-91).

Fica claro, pelos acontecimentos relatados, que existem vários obstáculos para o estabelecimento de boas relações entre estas duas nações que, historicamente, foram importantes parceiros comerciais e militares. Até mesmo, o alinhamento com Washington se tornou, nos últimos tempos, um termômetro para se medir o relacionamento do governo Chávez com outros países como a Colômbia.

A instalação de novas bases militares norte-americanas na Colômbia gerou enorme preocupação por parte do governo venezuelano dificultando as relações da Venezuela também com o país vizinho e com a administração de Álvaro Uribe. Na realidade, se analisarmos os principais momentos de inflexão nas relações entre Venezuela e Colômbia percebemos que, em grande medida, as tensões se referem à ingerência norte-americana na região, principalmente através do Plano Colômbia⁴. A Colômbia se configurou enquanto principal aliado norte-americano na região e, isso na visão do governo Chávez, pode ser tido como um dificultador do processo de integração regional e de que aquele país se tornou um interlocutor da potência na região.

Venezuela e Colômbia têm fortes relações que remontam a um passado colonial comum, além do mais, apesar das divergências políticas, são importantes parceiros comerciais.

A Venezuela é o destino principal das exportações colombianas, principalmente em produtos agrícolas. Na última década, as relações entre Colômbia e Venezuela foram positivas do ponto de vista comercial, principalmente no setor energético, mas conturbadas do ponto de vista diplomático

⁴ Os objetivos originais desse tratado entre a Colômbia e os Estados Unidos eram a luta contra o narcotráfico, as negociações com as guerrilhas, implementação de medidas de austeridade fiscal e políticas para promoção do desenvolvimento econômico. Paulatinamente, o plano se militarizou, tendo como foco praticamente exclusivo a luta contra o narcotráfico. Depois do 11 de Setembro, passou a ser visto pelos EUA enquanto parte de sua luta global contra o terrorismo internacional. E passou a justificar a presença americana na região. Devido aos impactos dos conflitos colombianos na região Andina e da luta contra o tráfico de drogas se dar em outros países vizinhos, existe o interesse por parte do governo americano de ampliar o plano para nível regional

e político. O que, por fim, fez com que estas tensões acabassem se refletindo também nas relações comerciais entre os países vizinhos.

Nos próximos parágrafos, destacaremos os principais acontecimentos que, nos últimos anos, impactaram negativamente às relações entre a Colômbia e a Venezuela. No que se refere ao Plano Colômbia, é importante salientar que, além da questão militar, outro problema é a prática de fumigação de agrotóxicos para se eliminar plantações de coca. Quando esta prática ocorre em regiões de fronteira, provoca descontentamento nos países vizinhos, como a Venezuela, pelo alto risco de contaminação de mananciais e pelos efeitos deletérios para a saúde da população local dessas regiões.⁵ Em 2007, as relações entre os dois países estiveram praticamente congeladas. Naquele ano, a Venezuela pediu a Extradicação de Pedro Carmona (presidente “de fato” que assumiu o executivo nacional após o golpe contra Chávez) que se encontrava em solo colombiano na condição de refugiado. Diante do impasse, Chávez chegou a consultar o embaixador venezuelano na Colômbia, Pável Rondón, para analisar a situação entre os dois países. A situação piorou em 2008, e desde então, atingiu seu ponto “ótimo de saturação”. A crise entre os dois países se agravou quando, em Janeiro de 2008, o ministro da Defesa da Colômbia assegurou que chefes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estariam em solo Equatoriano e Venezuelano e que militares colombianos haviam adentrado em território equatoriano em busca de supostos guerrilheiros. Em Março, o governo Venezuelano, em apoio ao país aliado, e temendo incursão em seu território, denunciou a Colômbia à ONU. Por mediação do Grupo do Rio na Cúpula Iberoamericana, realizada em Santo Domingo, a Venezuela e Colômbia restabeleceram relações, em março de 2009. Dias depois, dois colombianos foram hospitalizados no estado fronteiriço de Táchira com documentos venezuelanos falsificados. Á época suspeitou-se que se tratava de espiões colombianos em solo venezuelano. Em Maio de 2009, o ministro da defesa da Colômbia, em visita aos EUA, denunciou a existência de vínculos entre as FARC e o governo Chávez. Como prova, o exército colombiano apresentou informações contidas no computador do guerrilheiro Reyes, um dos chefes das FARC, morto em confronto com militares colombianos em solo equatoriano. Organismos internacionais, contudo, não consideraram tais informações como provas válidas contra o governo venezuelano, mas a denúncia em si contribuiu para o desgaste das relações com o governo colombiano. Em 11 de maio, Chávez advertiu que a Colômbia poderia dar início a um conflito armado na região. Para o governante venezuelano, as acusações do governo Uribe teriam como objetivo justificar a incursão militar norteamericana na região e, ainda, poderiam servir para encobrir a grave crise política colombiana depois de denúncias de envolvimento de parlamentares da base governista com grupos paramilitares. No dia 17, Equador e Venezuela denunciaram novas incursões militares colombianas em seus territórios, levando o Ministro das Relações Exteriores venezuelano, Nicolas Maduro, a exigir explicações do governo colombiano.

Apesar do incidente, em Setembro, a Venezuela deportou, a pedido da Colômbia, o ex-ministro Álvaro Araujo Noguera, acusado de manter relações com grupos paramilitares. Mas as relações entre os dois países continuaram deteriorando, com constantes desdobramentos no nível da política doméstica de ambos os países. Em 1 de dezembro de 2008, o cônsul da Colômbia, em Maracaíbo, Carlos Galvis, renunciou depois de ser acusado de conspirar contra o governo Chávez. O cônsul havia expressado sua satisfação pela vitória de governadores da oposição e, em gravação, considerou importante a cooperação entre os governadores (opositores) de Táchira e Zúlia, estados fronteiriços com a Colômbia.

⁵ Em Dezembro de 2006, o governo Chávez apoiou o Equador em sua declarada insatisfação com relação às consequências dessas práticas.

Em 24 de Fevereiro de 2009, o governo venezuelano enviou ajuda humanitária para a população atingida por inundações na região de Nariño, na Colômbia. E, isso sinalizou uma reaproximação. Dois meses depois, os dois governos assinaram importantes acordos comerciais demonstrando a intenção de se criar uma linha de crédito através de um fundo binacional estratégico, com valor inicial de 200 milhões de dólares. Ainda foram assinados acordos para garantir o suprimento de energia elétrica da Colômbia para a Venezuela, além de uma licença de importação de 10 mil veículos fabricados na Colômbia. No mesmo mês, o governo venezuelano considerou estender programas de microcréditos para refugiados colombianos e para aqueles que requeressem asilo político no país. Em maio de 2009, o governo Chávez chegou a lamentar que as consequências dos conflitos colombianos ultrapassassem suas fronteiras, mas assegurou que a resolução dos mesmos cabia unicamente àquele país, por uma questão de soberania nacional.

Este processo de reaproximação durou pouco, posto que em 28 de Julho de 2009, a Venezuela rompeu relações com a Colômbia, ordenando o retorno de seu embaixador. Dessa vez, o motivo foi a nova alegação do governo vizinho de que Chávez teria ligações com os guerrilheiros das FARC. Consequentemente, em 11 de Agosto, o fornecimento de gás da Colômbia para a Venezuela foi interrompido. E, em 19 de Agosto, o ministro de Energia y petróleo venezuelano, Rafael Ramirez, cortou o suprimento de petróleo para a Colômbia, já que não via motivos para renovar o convênio entre os dois países.

Declarações polêmicas de ambos os lados continuaram a ditar os rumos, nada amistosos, das relações entre os dois países vizinhos. Ainda em Agosto daquele ano, Oscar Figueira do Partido Comunista Venezuelano, denunciou que cerca de 150 paramilitares colombianos ultrapassaram a fronteira adentrando em território venezuelano. Em contrapartida, o ministro da defesa colombiano declarou que a Venezuela era uma base para “narco aviões”, o que levou o governo venezuelano a entregar uma nota de protesto na embaixada daquele país.

Em 25 de Outubro de 2009, trágicos acontecimentos que ocorreram no lado venezuelano da fronteira afetaram as relações destes dois países: as mortes de cidadãos colombianos, venezuelanos e peruanos, supostamente jogadores de um time de futebol amador que participaria de um campeonato. O vice-presidente venezuelano, Ramón Carrizales, acredita que as mortes se devem a um enfrentamento entre grupos ilegais que atuavam na Venezuela e que seria composto de paramilitares vindos da Colômbia. Para o governo venezuelano, poderia se tratar de agentes do *Departamento Administrativo de Seguridad de Colombia (DAS)* que atuavam como espões na Venezuela, o que foi negado pelo governo vizinho. Em 1 de Novembro, o vice-presidente venezuelano afirmou que o governador do Estado de Táchira teria permitido a entrada de grupos paramilitares colombianos na Venezuela. Em seguida, o governo Chávez anunciou a deportação de cerca de 100 colombianos, em situação irregular por terem incursionado de maneira ilegal em seu território e por suspeita de ligação com aqueles grupos paramilitares.

A partir daí, as declarações do presidente Chávez de que seu país estaria preparado para a guerra, se preciso fosse, causou grande polêmica levando a Colômbia a denunciar o fato à Organização das Nações Unidas. A Venezuela também prosseguiu em suas denúncias, incluindo-se a de que a Colômbia teria capturado militares venezuelanos mesmo sabendo que estes navegavam em águas internacionais e não em águas territoriais daquele país.

Neste ínterim, uma paramilitar colombiana foi presa na Venezuela ao passo que, o governo Uribe assegurava que denunciaria a Venezuela junto a organismos internacionais por ter destruído provas de permanência de guerrilheiros das FARC em seu território.

Em contrapartida, no dia 25 de Novembro, a representação da Venezuela na ONU fez mais um alerta sobre as bases militares na Colômbia. Em defesa do governo colombiano, o vice-presidente Francisco Santos declarou na trigésima oitava Cúpula do MERCOSUL, que as bases norte-americanas não serviriam para atacar países da região, apesar de terem ativado seis batalhões aéreos, dois deles próximos à região de fronteira.

As acusações mútuas prosseguiram, enquanto Marco Aurélio Garcia, secretário para assuntos internacionais do Brasil, propunha uma saída para esse impasse, através da criação de uma comissão de vigilância fronteiriça entre os dois países. A proposta brasileira não foi aceita por Chávez que preferiu a não interferência de outros países nesta que considera uma questão de soberania nacional. Mas a Colômbia parecia não compartilhar da mesma opinião, posto que o chanceler colombiano reclamou que a UNASUR poderia ter interferido e, só não o fez, por que este organismo estaria favorecendo a Venezuela. Em 2010, novos atritos entre as administrações Chávez e Uribe quase levaram ao rompimento total das relações diplomáticas entre os dois países, algo a ser contornado com a posse do novo presidente colombiano, Manuel Santos, mais moderado nas negociações e relações diplomáticas com o governo venezuelano.

2. Colômbia e EUA: parceiros comerciais tradicionais.

Apesar dos problemas políticos e diplomáticos apontados anteriormente, Colômbia e EUA, além de importantes fornecedores para o mercado interno venezuelano, ainda continuam a ser o principal destino das exportações desse país, seguidos de longe pelo México. Essa parceria que a primeira vista parece incoerente por estar na contramão dos turbulentos vínculos diplomáticos, denota, na verdade, uma profunda interdependência no plano econômico, reforçada por uma dependência de trajetória.

Os laços com a Colômbia, principal fornecedor de produtos agrícolas para o mercado venezuelano, se configuraram em virtude do tipo de modernização posta em marcha a partir do Pacto de Punto Fijo que foi articulado com base na renda petroleira. Como se sabe, o processo acarretou o deslocamento gradual da burguesia agrária venezuelana para os negócios de importação-exportação, à medida que uma boa parte das terras era vendida para as empresas produtoras de petróleo. O resultado dessa tendência levou a Venezuela a não se constituir, diferentemente de quaisquer outros países da América Latina, em uma economia agrícola, representando, este setor, a porção menor do PIB (6%). Em consequência, 75% dos produtos alimentícios consumidos no país são importados. A consolidação dessa pauta tornou a Venezuela dependente da Colômbia com relação a produtos de primeira necessidade, ao mesmo tempo em que firmou sua condição de exportador de petróleo para o país vizinho. A própria estrutura de classe dos dois Estados expressa bem essa trajetória: enquanto o campesinato e a burguesia agrária na Colômbia têm forte peso político e econômico, esses segmentos na Venezuela são residuais.

Apesar de a Venezuela ter procurado reduzir a dependência da Colômbia, diversificando suas fontes de alimentos e incentivando a produção local, o valor das importações provenientes do país vizinho vem aumentando consistentemente, enquanto a balança comercial que já era levemente negativa apresentou significativo incremento do déficit nos últimos anos, precisamente, a partir de 2005.

Tabela 1:
Balanza Comercial entre Venezuela e Colômbia no período de 1995-2009

Ano	Exportações	Importações	Balanza comercial
1995	1,423,247	818,801	604,446
1996	1,249,568	682,056	567,512
1997	1,339,920	862,662	477,258
1998	1,432,464	793,969	638,495
1999	788,753	736,801	51,952
2000	853,490	1,083,675	-230,185
2001	730,744	1,432,307	-701,563
2002	796,397	963,721	-167,324
2003	650,815	713,037	-62,222
2004	1,041,995	1,563,366	-521,371
2005	1,104,295	2,397,082	-1,292,787
2006	1,166,253	3,060,636	-1,894,383
2007	1,732,954	5,660,936	-3,927,982
2008	901,935	6,858,821	-5,956,886
2009	127,863	3,371,141	-3,243,278

Fonte: Sistema de informação do comércio exterior da ALADI

Disponível <<http://nt5000.aladi.org/siicomercioEsp/wclSII.ASP?WCI=Ampli arBalanzaComercial&WCE=%20169>> acesso em 29 de Janeiro de 2010

Já os vínculos econômicos com os Estados Unidos são, em grande medida, consequência da considerável demanda energética da primeira potência industrial do planeta ao longo do século XX e do fato da Venezuela ser, não apenas um grande produtor de petróleo, mas exportador da maior parte de sua produção.

Since Venezuela is a major supplier of foreign oil to the United States (the fourth major foreign supplier in 2007, after Canada, Mexico, and Saudi Arabia), providing about 11.5% of U.S. crude oil imports, a key U.S. interest has been ensuring the continued flow of oil exports. Some 68% of Venezuela's oil exports are destined for the United States, highlighting the dependency of Venezuela on the U.S. market, and oil exports account for the overwhelming majority of Venezuela's exports to the United States. In 2007, Venezuela's total exports destined for the United States amounted to \$39.9 billion, with oil products accounting for almost 96% of the total (SULLIVAN, 2009:40).

Atualmente, calcula-se que entre 13% e 15% do petróleo importado pelos EUA venha deste país sul-americano.

De acuerdo al Departamento de Energía de Estados Unidos, el envío de petróleo y derivados de Venezuela a Estados Unidos se redujo a 1.140.000 barriles de petróleo diarios a fines de 2009, por fallas de Venezuela. Venezuela envía a EE.UU. el 74% de su producción petrolera exportable, pero los barriles venezolanos significan sólo el 9.6% de la importaciones estadounidenses de petróleo. Las exportaciones venezolanas a Estados Unidos estuvieron constituidas en 2009, en un 96% por petróleo crudo y derivados (Romero y Corrales 2009). Para el año 2009 el comercio entre los dos países significó un total de 37.454 millones de dólares, 28.094 millones de exportaciones y 9.360 de importaciones. Esto significa una caída

en dólares de un 40% con respecto al año 2008, en donde el comercio total entre los dos países fue de 62.892 millones de dólares, 50.281 en exportaciones y 12.611 en importaciones venezolanas (Romero.2009:24).

A estatura industrial e a condição de superpotência militar ligaram a economia dos Estados Unidos à de um país próximo geograficamente, de fácil conexão marítima e que possui uma das maiores reservas de petróleo no mundo. Por outro lado, dado que a indústria petrolífera é um setor de capital intensivo que demanda considerável investimento em infra-estrutura e tecnologia, essa atividade atraiu rapidamente empresas norte-americanas de grande porte, desde as primeiras décadas do século XX. A aplicação do capital exportado na exploração de matérias primas e recursos naturais necessários para a indústria da metrópole é uma velha característica do sistema imperialista, a qual, no caso da Venezuela, assume um papel distintivo pela particular inserção do petróleo na cadeia produtiva de inúmeros setores econômicos estadunidenses, seja na qualidade de combustível energético, ou como matéria prima industrial. Em contrapartida, o fato de a Venezuela ter se constituído em exportador neto de petróleo para o mercado norte-americano, em troca da importação de artigos de consumo e bens de capital, é função do caráter de enclave de sua economia e, concomitantemente, de seu escasso desenvolvimento industrial.

Tabela 2:
Balança comercial entre Venezuela e EUA no período 1995-2009 (milhares de dólares americanos)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	9,222,338	4,556,101	4,666,237
1996	13,539,037	3,974,907	9,564,130
1997	12,434,939	5,958,170	6,476,769
1998	7,987,117	6,178,706	1,808,411
1999	9,802,211	5,190,400	4,611,811
2000	15,921,739	5,482,384	10,439,355
2001	12,332,073	5,548,924	6,783,149
2002	11,724,342	3,800,104	7,924,238
2003	10,980,046	2,735,828	8,244,218
2004	16,146,313	4,538,874	11,607,439
2005	29,094,746	6,661,613	22,433,133
2006	31,654,049	9,058,502	22,595,547
2007	8,888,915	10,845,803	-1,956,888
2008	1,548,982	12,123,995	-10,575,013
2009	161,984	5,850,109	-5,688,125

Fonte: Sistema de Informações do Comércio Exterior da ALADI.

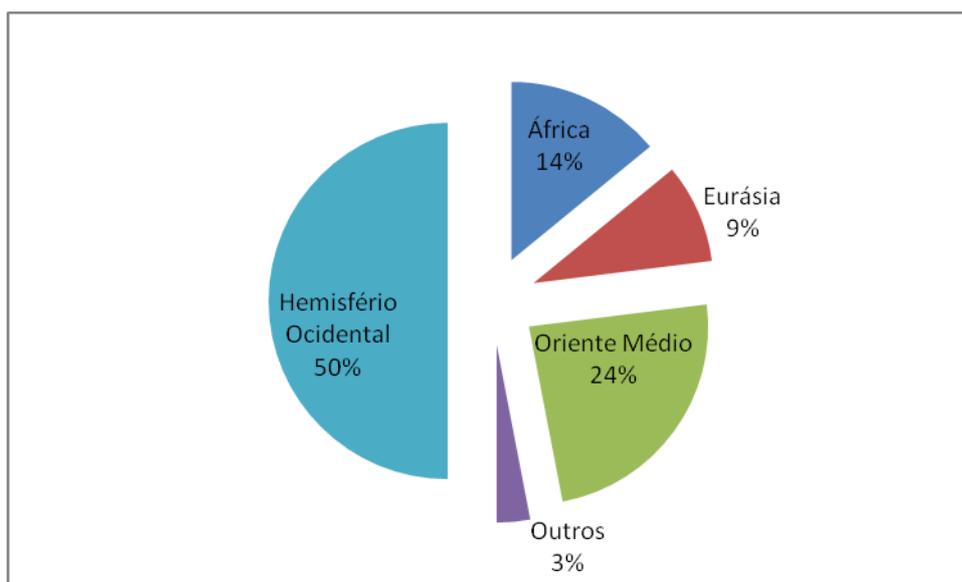
Disponível em:

<http://nt5000.aladi.org/siicomercioEsp/wclSII.ASP?WCI=AmpliarBalanzaComercial&WCE=%20249>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2010.

Na segunda metade do século XX, o crescimento econômico, assim como as necessidades de seu complexo militar fizeram com que o consumo de petróleo nos Estados Unidos aumentasse exponencialmente e a brecha entre produção e demanda interna se alargasse entre 1973 e 2000. Nesse lapso, a dependência norte-americana do petróleo estrangeiro subiu de 34,8% a 51,6%. O relatório elaborado pelo *National Energy Policy Development Group*, em Maio de 2001, já aponta para os riscos desse desequilíbrio provocar uma crise energética (U.S National Energy Policy. 2001. Pag. 9-10).

Se bem que vários recursos naturais considerados “essenciais” para economia norte-americana no período 1940-1970 deixaram de sê-lo em virtude de processos de substituição ou de melhor aproveitamento das matérias primas via novas tecnologias, os dados apresentados no gráfico acima mostram que a dependência do petróleo não só continua, mas tem se acentuado com o passar do tempo, (SWANSBROUGH,1976:08) A maior parte do petróleo importado pela potência advém do próprio hemisfério ocidental e, dada a importância vital dos hidrocarbonetos para sua economia e para a segurança nacional, garantir fontes de abastecimento é um imperativo de sua política estatal.

Gráfico 1:
Fontes regionais de petróleo importado pelos Estados Unidos em 2000



Fonte: US National Energy Policy. 2001. figura 8-3 pag 4 cap. 8.

Diante dos dilemas que a sociedade estadunidense enfrenta em matéria energética, o petróleo venezuelano, sempre importante, se tornou imprescindível. Pode-se entender, portanto, a preocupação que a política petrolífera de Chávez veio a representar para esse país, uma vez que a entrada em vigor da nova *ley de hidrocarburos* de 2001 não afetou apenas os interesses do setor privado, mas também o planejamento estratégico do governo norte-americano. De outro lado, as crises na economia estadunidense atingem frontalmente a Venezuela que tem naquele país seu mais importante mercado consumidor e sua principal fonte de divisas e de capitais.

Na mesma linha, cabe ressaltar que as oscilações do preço do barril de petróleo no cenário internacional, de considerável impacto para a balança comercial e para a economia, de uma maneira geral, dependem do ritmo da atividade econômica norte-americana. Desde que Chávez assumiu a presidência, o preço do barril de petróleo apresentou fortes flutuações, com tendência acentuada de alta entre 2002 e 2008. A partir desse ano, em função da crise financeira internacional, o preço vem passando por uma fase descendente, com reflexos imediatos e generalizados nos distintos setores da economia venezuelana. É dentro desses parâmetros demarcados por realidades econômicas concretas que os responsáveis pela Política Externa nesses países calculam os riscos de suas respectivas estratégias. E isso explica tanto o pragmatismo da política norte-americana com relação ao regime de Chávez, como os limites do anti-imperialismo do discurso chavista.

Conclusões

Neste artigo, analisamos as relações entre a Venezuela e seus dois parceiros históricos, a saber, Estados Unidos e Colômbia. Percebe-se que em que pese as tensões diplomáticas dos últimos anos, estes países continuam a serem importantes parceiros comerciais, o que demonstra o grau de pragmatismo existente em suas relações, a despeito de análises que as assumem enquanto meramente embasadas em preceitos ideológicos.

Referencias

América, E. U. (2001). U.S. National Energy .

Associação Latino Americana de Integração (ALADI). (2010). *Sistema de Informações do Comércio Exterior* .

Goloinger, E. (2006). The Chavez code: Cracking US intervention in Venezuela. *Olive Branch Press, Northampton*.

Romero, C. (Nov. - Dez de 2006). Venezuela y Estados Unidos: Una relación esquizofrénica. *Nueva Sociedad* (206).

Sullivan, M. (2009). Venezuela Political conditions and U.S. Policy. *Congressional Research Service*.

Swansbrough, R. (1976). The mineral crises and U.S. interests in Latin America. *The Journal of politics. Cambridge University Press*.

Villa, R. (2008). Corrida Armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo de gastos militares. . *Estudos e cenários. OPSA/IUPERJ* .